

## A COMUNIDADE SURDA EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS DE EDUCAÇÃO: uma análise no município de Vitória da Conquista

DENISE SILVA DA PAIXÃO<sup>1</sup>

ELISÂNGELA ANDRADE MOREIRA CARDOSO<sup>2</sup>

KARINA MOREIRA MENEZES<sup>3</sup>

**Resumo:** A concepção pedagógica dos Espaços Não Formais de Educação (ENFE) está embasada no modelo de ensino e aprendizagem voltado para as experimentações, observações e senso crítico no que diz respeito aos diversos tipos de conhecimento, tanto empírico e científico. A pesquisa foi realizada no espaço da Central de Interpretação de Libras (CIL), um lugar de respeito pela diversidade, inclusão social e disseminação do conhecimento por meio da língua de sinais. O presente estudo analisa a educação inclusiva em espaços não formais de educação, na tentativa de compreender como é a comunicação em Libras no cotidiano daqueles que necessitam de atenção especial por alguma condição de surdez. Os resultados apontam que o cidadão surdo se manifesta, quanto à hegemonia de sua identidade, através da sua participação em eventos públicos que valorizam a sua cidadania e de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Assim, no ENFE tal envolvimento dá-se por meio de oficinas itinerantes, instrumentalização da língua de sinais e a participação dos órgãos públicos na construção de uma sociedade inclusiva e participativa.

**Palavras-chave:** Comunidade Surda. Espaço Não Formal de Educação. Linguagem de Sinais.

### Introdução

O Espaço Não Formal de Educação (ENFE) estabelece possibilidade de aprendizagem fora do contexto das normativas legais e promove discussões acerca das várias formas de ensino. Assim, o conceito de ENFE é baseado na premissa de que a formação educacional do sujeito não apenas ocorre em sala de aula, com normativas estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC - Brasil, 2017). A Educação Não Formal, nesse sentido de liberdade pedagógica, ocorre no núcleo familiar, nas igrejas, nas associações de bairro, nos terreiros de candomblé, nas cooperativas e/ou qualquer lugar onde esteja presente a raça humana.

A sociedade do século XXI marca o conceito de interação e comunicação entre os sujeitos, através da inclusão social, por meio do discurso da participação de todos os envolvidos nos diversos papéis sociais. Nesse contexto, a comunidade surda representa cerca de 5% da população brasileira e são, em média, 10 milhões de pessoas em todo o território

<sup>1</sup> Graduanda em Pedagogia (UFBA). mdp55863@gmail.com

<sup>2</sup> Doutoranda em Linguística (PPGLin/UESB), Mestra em Educação (PPGED/UESB) e em Docência Universitária (UTN/AR); Professora na rede municipal de ensino de Vitória da Conquista – BA. elisangelajgdan@gmail.com

<sup>3</sup> Doutora em Educação; Professora na Faculdade de Educação (FACED/UFBA). karina.menezes@ufba.br

nacional. A Organização Mundial da Saúde (OMS, 1944) prevê um quantitativo de 900 milhões de pessoas surdas até o ano de 2050 em todo o mundo.

Diante desse cenário, o presente relatório fundamenta-se na análise e observação *in loco* em ENFE com o objetivo de avaliar a relação entre a língua de sinais e a percepção comunicativa da comunidade surda no município de Vitória da Conquista – BA, com o intuito de compreender como é a comunicação em libras no cotidiano daqueles que necessitam de atenção especial, por alguma condição de surdez.

### **Um Espaço Não Formal de Educação chamado Central de Interpretação de Libras (CIL)**

No século XVI surgiu o primeiro educador da comunidade surda, Pedro Ponce de León. Pedro foi um frade beneditino espanhol responsável por desenvolver e disseminar o conhecimento da língua de sinais em uma época discriminatória para a classe dos surdos.

O Instituto Nacional dos Surdos (INES) é o órgão, na esfera federal, responsável pelas diretrizes e demandas da classe surda no Brasil e seu serviço conta com a Divisão de Audiologia (DIAU), que estabelece parâmetro de avaliação do grau de surdez e garante a avaliação auditiva gratuita para a população brasileira por meio de audiometria infantil e adulta, audiometria tonal e vocal, laudo médico, dentre outros serviços (Brasil, 2023).

Uma conquista significativa na sociedade brasileira, nesse sentido histórico de avanços para a comunidade surda, foi a Lei nº 10.436/2002 que estabeleceu a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como forma legal de comunicação no país e promoveu o espaço necessário para a comunidade debater, questionar e cobrar, por meio de prerrogativas jurídicas, os direitos da classe surda no Brasil (Brasil, 2002).

Em meio à visibilidade e valorização da comunidade surda em todo o território nacional, verifica-se que o município de Vitória da Conquista desponta como a terceira maior cidade do estado da Bahia, com uma população de 370.879 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), sendo uma cidade preocupada com a realidade da comunidade surda, suas demandas e necessidades. Assim, a Secretaria Municipal de Educação (SMED) do município de Vitória da Conquista oferece o curso de libras, de forma gratuita, aos que procuram novos conhecimentos e desejam ampliar sua área de atuação na Central de Interpretação de Libras (CIL), situada à Avenida Braulino Santos, nº 1157, Bairro Candeias.

A CIL atua na assistência de cento e setenta (170) pessoas surdas. A referida instituição tem como Missão, promover acessibilidade da comunidade surda junto aos órgãos

e serviços públicos; sua Visão é estabelecer metas quanto ao capacitismo das pessoas surdas para o mercado de trabalho com a devida promoção e desenvolvimento social e seus Valores primam pelo cumprimento da ética, do respeito e da inclusão social.

Dessa maneira, a importância da Missão, Visão e Valores da CIL estabelece uma conexão direta entre a comunidade surda e o meio acadêmico por meio da pesquisa e extensão em ENFE. A comunidade celebra a cada dia 26 de setembro, o Dia Nacional do Surdo e esta data marca os diversos avanços para a comunidade surda e a conscientização da sociedade civil perante os desafios de quem possui deficiência auditiva.

No CIL são desenvolvidas atividades do curso básico e intermediário em Libras, e são realizados atendimentos em parceria com o Centro Especializado em Reabilitação Física e Auditiva (CEMERF), além de atendimentos com cotas em exames clínicos e acompanhamento de jovens surdos ao mercado de trabalho.

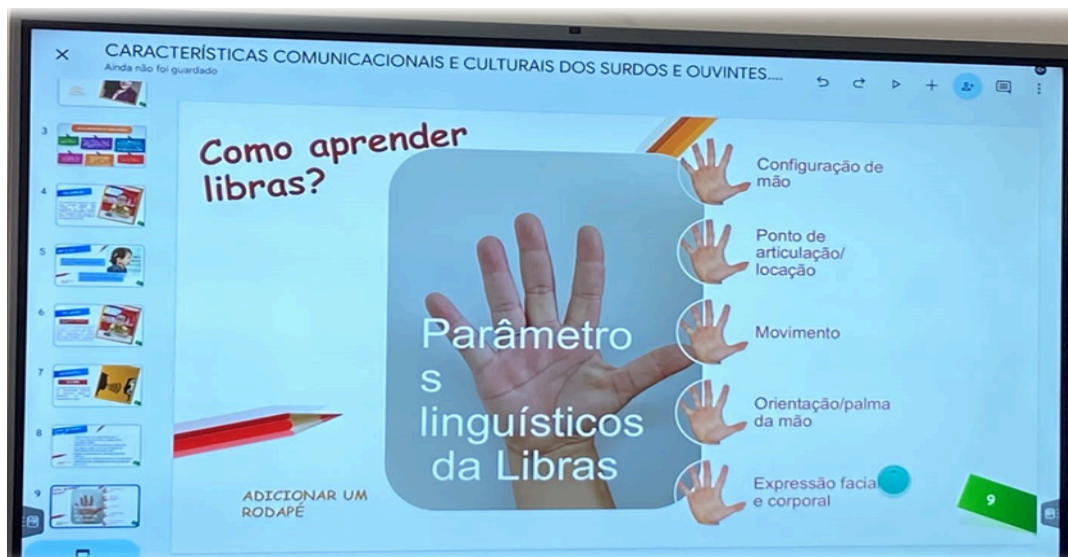
As aulas na CIL ocorrem de forma grupal e participativa em um local cedido pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (PMVC) e serve como ponto de apoio para as aulas que são ministradas, presencialmente, pela professora e coordenadora da CIL. No mesmo espaço também está situada a Escola Municipal Carlos Santana (EMCS) – Extensão 1. A Central oferta várias oficinas para a prática da língua de sinais, com a metodologia embasada em aulas expositivas, datilologia, legislação específica e diversos conteúdos históricos e interativos.

### **Experienciando Libras: gestos que marcam**

O estágio foi realizado em dois dias da semana (quarta e sexta-feira), das 8h00 às 12h00, sendo que nas quartas-feiras trabalhavam-se com a didática de instrumentalização da Língua de Sinais por meio da aprendizagem da Datilologia, Dias da Semana, Cores, Meses do Ano, Horas, Musicalização e demais atividades em Libras, e nas sextas-feiras sempre ocorriam oficinas com a perpetuação do diálogo, como meio de aprimorar a comunicação em Libras, e o plantão tira-dúvidas para que fosse possível avaliar as dificuldades de cada aluno no processo de aprendizagem.

O uso das mãos é algo prioritário, pois a língua é gesticulada em cinco aspectos: 1- Configuração de mão; 2- Ponto de articulação; 3- Movimento; 4- Localização; e 5- Expressão facial e corporal, conforme imagem abaixo.

**Figura 1** - Os cinco parâmetros linguísticos da língua de sinais



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, em seu artigo 6º, diz que “[...] todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares reconhecido como pessoa perante a lei” (Organização das Nações Unidas - ONU, 1948).

Em conformidade com a prerrogativa acima de que todas as pessoas merecem os mesmos direitos, houve no dia 26 de setembro, no colégio Centro Integrado de Educação Básica e Tecnológica de Vitória da Conquista (CIEB), a Caravana dos Direitos Humanos (Bahia, 2023), onde contou com a presença de diversos órgãos, como Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 5ª região da Bahia que, atendendo ao convite da Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos (SJDH), promoveu inúmeros serviços sociais para a comunidade surda

Segundo o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005 (Brasil, 2014, p. 7), “O enlace entre educação e desenvolvimento é essencial na medida em que é por meio dele que se visualizam e se constituem as interfaces entre a educação como um todo e as outras áreas de atuação do Estado”.

Ainda no conjunto de atividades desenvolvidas, em parceria com a SMED e o Atacadão, houve um momento de partilha entre as experiências de mulheres surdas como protagonistas do Outubro Rosa, com esclarecimento de dúvidas em relação ao autoexame das mamas, Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e outros questionamentos pertinentes.

As atividades desenvolvidas perfazem o modelo proposto por Freire (2017, p. 51), ao afirmar que “[...] a invenção da existência envolve, repita-se, necessariamente, a linguagem, a cultura e a comunicação”. Nesse sentido, o papel pedagógico das atividades desenvolvidas nas oficinas, datilologia, prova escrita, eventos itinerantes na Caravana dos Direitos Humanos

no CIEB e no Outubro Rosa, viabilizam o envolvimento cultural e social em ENFE, como instrumento satisfatório e interacional de aprendizagem em Libras.

### **Considerações Finais**

O município de Vitória da Conquista, enquanto localidade preocupada com o desenvolvimento e inclusão social dos munícipes, dispõe de ENFE capazes de suprir as necessidades da comunidade surda.

Contudo, mesmo com todas as evidências mencionadas de melhoria nas condições de vida da comunidade surda e da inserção da língua de sinais nos espaços públicos, observa-se que o município ainda não dispõe de intérprete de libras em locais como o Museu Henriqueta Prates, o Memorial Régis Pacheco, o planetário Everardo Públio de Castro e tantos outros espaços não formais de educação importantes da cidade. Observa-se, também, que a Biblioteca Municipal José de Sá Nunes não dispõe de livros para os pedagogos interessados na metodologia de ensino da Língua Brasileira de Sinais.

Faz-se necessário, portanto, ampliar a lei para os casos da falta de assistência para a comunidade surda e garantir a sua participação em debates com o poder público, em consonância com suas necessidades para melhorias e ampliação desses espaços. Nesse sentido, em momento oportuno e para uma posterior pesquisa acadêmica, torna-se importante avaliar quais as ações necessárias para expandir a comunicação da língua de sinais para além da CIL.

### **Referências**

- BAHIA. **Caravana dos Direitos Humanos**. Governo do Estado da Bahia, 2023.
- BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 26 jun. 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.
- BRASIL. **Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)**. Brasília, 2023.
- BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Regulamento. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, 2002.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 55. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Cidades e Estados: Vitória da Conquista**, 2022.
- ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU**. Genebra, 1948.